



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 4/SES/JRECURSOS/2023

PROCESSO Nº 1320.01.0139151/2020-25

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

MUNICÍPIO: Almenara

NMAA: Nordeste

URS: Pedra Azul

SEI:1320.01.0139151/2020-25

ATIVIDADE SISAUD: 639

RECORRENTE, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. L.B.A.

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria programada, realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial – ARAS Nordeste, ARAS Leste e ARAS Jequitinhonha, no Sistema Municipal de Saúde de Almenara, tendo como unidades visitadas a Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação/Hospital Geraldo Guimarães – HDG.

A auditoria em questão ocorreu nos períodos compreendidos entre 26 a 28/04/2021, 8 a 10/06/2021 e 8 a 10/11/2021 e foi desencadeada em cumprimento a programação de atividades da Assessoria de Auditoria Assistencial do SUS-MG/Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais (AUDSUS/SES-MG) – Eixo COVID-19.

A partir da emissão do Relatório Final de Auditoria foram originados os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nºs 402, 403, 404 e 405, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas da penalidade de Advertência Escrita, imposta nos termos da Resolução SES -MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

1 – Constatação nº 628795 – A SMS de Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.

- 2 – Constatação nº 628828** – *A SMS de Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.*
- 3 – Constatação nº 628829** - *Transferências bancárias indevidas de recursos federais do SUS repassados fundo a fundo.*
- 4 – Constatação nº 628852** - *A SMS de Almenara não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.*
- 5 – Constatação nº 629977** – *A Secretaria Municipal de Saúde-SMS Almenara não realiza acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19.*
- 6 – Constatação nº 629979** – *A Secretaria Municipal de Saúde-SMS Almenara não realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital Deraldo Guimarães, no atendimento de casos da COVID-19.*
- 7 – Constatação nº 625045** – *A SMS promoveu parcialmente os ajustes na PAS referentes ao enfrentamento da COVID 19 com aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.*

PARECER

A Secretaria Municipal de Saúde de Almenara, representada pelo gestor municipal de saúde, Sr. L.B.A., em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 403/2022 apresentou recurso, por meio do Ofício 184/2022, objetivando justificar as constatações não conformes citadas no Relatório Final de Auditoria.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade da Recorrente.

Vejamos:

1 – Constatação nº 628795–*A SMS de Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.*

A equipe de auditoria evidenciou que:

“Em auditoria, constatou-se que a SMS de Almenara não aplicou adequadamente os

recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães. A SMS de Almenara recebeu do Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da COVID-19 no grupo MAC, no período de Março/2020 a Abril/2021, o montante global no valor de R\$ 2.990.802,00 (dois milhões, novecentos e noventa mil e oitocentos e dois reais), recursos específicos destinados ao Hospital Deraldo Guimarães (Portarias GM/MS 1393, 1448 e 3566/2020 e Portaria 559/2021) conforme registrado no Anexo I. Conforme Anexo I, foram repassados recursos federais do FMS Almenara ao hospital Deraldo Guimarães, no período de março/2020 a abril/2021, mediante os respectivos termos de convênio específicos, no qual aqueles repasses que se encontram com inconformidades estão descritos abaixo:

— Dia 01/07/2020 - Termo 016/2020 - Repasse de R\$ 510.588,92 (quinhentos e dez mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos) mediante Nota de Empenho 2261/20 do FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF para o HDG na c.c. nº 33242-9 - ag. 0284-4 - BB, para Aquisição de Equipamentos, Suprimentos, Insumos e Produtos Hospitalares e Pagamento dos Profissionais de Saúde que atuam na área COVID-19 e Reforma. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1448/2020 e é específico para repasse ao HDG; deveria portanto ter sido repassado em até 05 (cinco) dias após o crédito na conta do FMS de Almenara. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 03/06/2020 e o repasse para a conta do hospital só foi executado, mediante transferência bancária no dia 02/07/2020, exatamente 29 (vinte e nove) dias após o recebimento na conta do FMS. Diante do exposto, constatou-se que a SMS não respeitou alguns ditames legais no que tange à aplicação dos recursos Covid MAC de origem federal.”

Assim se manifestou o Recorrente em relação a não conformidade supracitada:

“O município já está atendendo a recomendação para realizar os repasses de recursos financeiros federais do SUS específicos dentro do prazo exigido. Foi um ano muito atípico, neste fato podemos considerar que pecamos pelo excesso de realizar o Plano de Trabalho, seguindo o Artigo 4º da Portaria e “§ 1º Para fins de pagamento às entidades beneficiadas, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aditivar o contrato, convênio ou instrumento congênere vigente ou firmar novo instrumento”.

Após a constatação da auditoria criamos um fluxo bem definido no setor financeiro e convênios para que o fato não se repita.”

2 – Constatação nº 628828 – A SMS de Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.

A equipe de auditoria evidenciou:

“ Em auditoria, constatou-se que a SMS de Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães. Conforme Anexo I foram repassados recursos federais do FMS Almenara ao hospital Deraldo Guimarães, no período de março/2020 a abril/2021, mediante os respectivos termos de convênio específicos, no qual aqueles repasses que se encontram com inconformidades estão descritos abaixo:

- Dia 17/11/2020 - Termo de Cooperação com MP - Repasse de R\$ 118.500,00

(cento e

dezoito mil e quinhentos reais) mediante Nota de Empenho 3908/20 - do FMS Almenara c.c. 33887-7 ag. 0284-4 - BB para o HDG na c.c. nº 33242-9 - ag. 0284-4 - BB, para prestação de serviços médico-hospitalares no contexto da COVID-19, atendendo Termo de Cooperação celebrado com o Ministério Público. Ocorre que todos os recursos para combate ao COVID 19 de origem federal foram recebidos na conta de custeio do FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF. Neste caso, especificamente, o recurso foi primeiro transferido da conta de recebimento (624024-4 - CEF) para a conta do BB (30887-7) que se refere a conta de coparticipação de municípios da região para fomento às ações do prestador hospitalar HDG que nada têm a ver com os recursos Covid, confundindo as ações e o fim para o qual os recursos foram definidos, e só após esta movimentação indevida o recurso foi transferido para a conta do hospital.

- Dia 13/01/2021, Dia 02/02/2021, Dia 08/03/2021 e Dia 18/03/2021 - Termo 01/2021 Repasse de R\$ 1.008.588,92 (um milhão, oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos) mediante Nota de Empenho 06/2021 do FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF para o HDG na c.c. nº 33242-9 - ag. 0284-4 - BB, para Habilitação e Manutenção de Leitos UTI COVID Adulto II. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 3566/2020 e é específico para repasse ao HDG no que tange à habilitação e manutenção de leitos UTI Adulto tipo II no beneficiário.

Deveria, portanto, ter sido repassado de forma integral em até 05 (cinco) dias após o crédito na conta do FMS de Almenara.

A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 29/12/2020 de forma integral pelo FNS e o repasse para a conta do hospital foi executado de forma fracionada em 03 (três) parcelas iguais de R\$ 333.336,00 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e seis reais) e mais um ajuste de R\$ 7.992,00 (sete mil, novecentos e noventa e dois reais) nas datas acima registradas.

Diante do exposto, constatou-se que a SMS não respeitou alguns ditames legais no que tange à aplicação dos recursos Covid MAC de origem federal.”

Assim se manifestou a Recorrente em relação a não conformidade supracitada:

“O Termo de Cooperação celebrado com o Ministério Público, para pagamento das internações clínicas exclusivocovid. O motivo de transferir para a conta criada foi para realização da prestação de contas junto ao Ministério Público que estabeleceu que os municípios poderiam utilizar o recurso federal para pagamento e cumprimento do termo de cooperação. Por esse motivo foi realizada a movimentação e após transferido ao Hospital.

O município recebeu recurso da Portaria 3566/2020, o valor de R\$ 1.008.000,00 no dia 29/12/2020, na portaria não tem previsibilidade de repasse integral. No “Artigo 3º - Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 90 (noventa) dias. E no Artigo 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 3º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde”. No artigo quarto relata que o FNS repassaria em parcela única, o que gerou a questão a interpretação.

Diante do exposto na auditoria, criamos um fluxo para que conseguimos cumprir os prazos e vamos seguir a Recomendação do Relatório.”

3 – Constatação nº 628829 - Transferências bancárias indevidas de recursos federais do SUS repassados fundo a fundo.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em auditoria constatou-se que ocorrem transferências bancárias indevidas de recursos federais do SUS, inclusive recurso covid, repassados fundo a fundo. A análise dos extratos bancários da conta do FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF e do relatório razão de bancos no período de março/2020 a abril/2021 revelou a prática indevida de transferências bancárias de recursos federais repassados fundo a fundo. Ressalte-se que todos os recursos de origem do FNS para enfrentamento ao COVID-19 foram efetuados nesta conta. Assim, grande parte dos recursos da conta do FMS supracitada foram transferidos para a conta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) c.c. 5618-9 - ag. 02844 - BB que não faz parte do FMS. Além disso, existem também outras transferências indevidas: A) Para outras contas do FMS:

1 - FMS BLGES c.c. 161-2 - ag. 0606-8 CEF; 2 - FMS INVEST SUS - ag. 0606-8 - CEF; 3 FMS Almenara C.C. 33887-7 - Ag. 0284-4 – BB

B Para contas que não são do FMS Almenara:

1 - FES PROHOSP - c.c. 30219-2 - BB; 2 - Rec. Diversos c.c. 19-5 - ag. 0606-8 - CEF; 3 Arrecadação c.c. 6232-4 - ag. 0284-4 - BB.”

Assim se manifestou o Recorrente em relação a não conformidade supracitada:

“Sobre o PROHOSP, o município recebeu o recurso da Resolução SES MG 6.792 – ProHosp no dia 04/05/2020 no valor de R\$ 14.253,67 na conta 30.219-8, quando foi realizar a transferência ao hospital no dia 12/05/2022 houve um equívoco e realizou a transferência da conta de Custeio SUS. O equívoco foi descoberto no dia 22/05/2020, quando foi repassar o recurso de R\$ 57.014,70, recebido no dia 19/05/2020 do PROHOSP. Percebeu que tinha saldo disponível e para sanar no dia 27/05/2020, realizou a transferência da conta do Prohosp para a do Custeio SUS. Segue em anexo os extratos de comprovação.

Diante do exposto na auditoria estamos seguindo a Recomendação do Relatório, mantendo os recursos federais nas constas específicas e redobrando atenção do setor para não haver equívocos.”

A Portaria MS/GM nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, contém as seguintes disposições:

“Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, a serem repassados na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento: [\(Redação dada pela PRT GM/MS nº 828 de 14.04.2020\)](#)

I - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; e [\(Redação dada pela PRT GM/MS nº 828 de 14.04.2020\)](#)

II - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde. [\(Redação dada pela PRT GM/MS nº 828 de 14.04.2020\)](#)

§ 1º Os recursos que compõem cada Bloco de Financiamento serão transferidos, fundo a fundo, de forma regular e automática, em conta corrente específica e única para cada Bloco, mantidas em instituições financeiras oficiais federais e movimentadas conforme disposto no Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011. [\(Redação dada pela PRT GM/MS nº 3.992 de 28.12.2017\)](#)

(...)

Art. 303. Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do fundo estadual/distrital/municipal de saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS. (Origem: PRT MS/GM 2617/2013, Art. 1º)”

Estabelece o Decreto Federal nº 7.507 de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios:

(...)

Art. 2º Os recursos de que trata este Decreto serão depositados e mantidos em conta específica aberta para este fim em instituições financeiras oficiais federais.

§ 1º A movimentação dos recursos será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

(...)

A Portaria MS/GM nº 1.393, de 21 de maio de 2020, dispôs sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participaram de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19. Vejamos:

(...)

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de cada parcela pelos Fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, para que os gestores locais efetuem o pagamento do auxílio financeiro emergencial aos estabelecimentos de saúde constantes no Anexo desta portaria, no caso da primeira parcela, e dos constantes da portaria de que trata o parágrafo único do art. 3º, no caso da segunda parcela, em conformidade com os trâmites legais. (...)

Em que pese ter sido informado, que foi organizado um fluxo de repasse dos recursos financeiros, dentro do prazo estabelecido na legislação, não localizamos documentação tendente a oferecer suporte probatório.

Assim sendo, verifica – se que as alegações da Recorrente não afastam as irregularidades identificadas, tanto no que se refere ao repasse a contas abertas para fins diversos, quanto ao atraso no repasse ao ente prestador dos respectivos serviços assistenciais, situação em que consideramos que as irregularidades relativas à aplicação/administração dos recursos financeiros, não foram corrigidas.

4 – Constatação nº628852 -A SMS de Almenara não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em auditoria constatou-se que a SMS de Almenara não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães. Ressalta-se que também não foram efetuadas aquisições por parte da SMS de equipamentos emateriais/insumos/medicamentos para destinação ao prestador Hospital Deraldo Guimarães para o enfrentamento à COVID -19.Todos os repasses realizados foram oriundos de recursos de origem estadual ou federal. Todos os termos de fomento celebrados (Termos de Convênio - Termo de Cooperação com MP e Termo de Contratualização nº 070/2017 e seus aditivos) não incluem a previsão de aplicação de recursos próprios para enfrentamento de COVID-19 no referido hospital.”

Assim se manifestou a Recorrente em relação a não conformidade supracitada:

“O município seguirá a Recomendação apresentada no Relatório Final.”

Nesse contexto, importante citar a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde:

Art. 1º Esta Lei Complementar institui, nos termos do [§ 3º do art. 198 da Constituição Federal](#):

(...)

II - percentuais mínimos do produto da arrecadação de impostos a serem aplicados anualmente pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

(...)

Art. 7º Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços

públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

(...)

A já citada Portaria de Consolidação MS/GM nº 6, de 2017, assim dispõe:

***Art. 2º** O financiamento das ações e serviços públicos de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), observado o disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e na Lei Orgânica da Saúde. (Redação dada pela PRT GM/MS nº 3.992 de 28.12.2017)*

Como observado, o ente auditado não contestou os apontamentos da equipe de auditoria, situação em que a penalidade aplicada deverá ser mantida.

5 – Constatação nº 629977 – A Secretaria Municipal de Saúde-SMS Almenara não realiza acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS não realiza acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19, ficando o controle dos leitos apenas pela Central de Regulação Macro Nordeste. O coordenador do Serviço de Regulação do município, o Sr. F.A.A., relatou o fluxo de atenção montado aos pacientes COVID-19: o usuário tem como suporte uma área que foi montada na própria SMS com atenção médica de 2 médicos, laboratório e call center com 5 enfermeiros para monitoramento dos pacientes. Foi definido também uma unidade básica de saúde como referência da Atenção Primária à Saúde para as suspeitas COVID com ambulância acessível para encaminhamento dos casos ao hospital quando necessário. Foi apresentado amostragem de documento recebido do Hospital Deraldo Guimarães contendo informações quanto aos pacientes internados leitos COVID-19 do mês de outubro/2020, bem como Boletim Epidemiológico Municipal de abril a outubro/2020, trazendo uma análise geral da taxa de ocupação, mas não há documentação que comprove que essa taxa é acompanhada de forma regular e sistemática. Também não houve relato de nenhum controle do município quanto aos leitos hospitalares.”

Assim se manifestou a Recorrente em relação a não conformidade supracitada:

“Conforme a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, que “Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)” e Lei nº 14.189, de 28 de julho de 2021 que “Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”, Art. 1º Esta Lei prorroga até 31 de dezembro de 2021, a partir de 1º de janeiro de 2021,

a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) ”.

Diante das leis apresentadas o município não realizou o monitoramento, pois estava suspenso o cumprimento da Contratualização.”

6 – Constatação nº 629979 – A Secretaria Municipal de Saúde-SMS Almenara não realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital Geraldo Guimarães, no atendimento de casos da COVID-19.

A equipe de auditoria evidenciou que:

“Em visita constatou-se que a SMS Almenara não realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital Deraldo Guimarães, no atendimento de casos da COVID-19. Não há acompanhamento do Termo de Contratualização, não há Comissão de Acompanhamento de Contratualização, não sendo apresentado relatório qualitativo/quantitativo de análise. Além disso, na análise dos prontuários médicos evidenciou-se a inexistência de supervisor hospitalar.”

Assim se manifestou o Recorrente em relação a não conformidade supracitada:

“Conforme a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, que “Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)” e Lei nº 14.189, de 28 de julho de 2021 que “Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS)”, Art. 1º Esta Lei prorroga até 31 de dezembro de 2021, a partir de 1º de janeiro de 2021, a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) ”.

Conseguimos organizar o processo de trabalho da regulação, conforme recomendação. Já temos a Médica Supervisora Hospitalar – Milena Bittencourt Trindade – CRM 87208, que é responsável pela supervisão toda a produção do hospital.”

Vejamos o que dispõe a normativa respectiva:

Portaria de Consolidação MS/GM nº 2/2017:

“Anexo XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

(...)

Art. 5º *A Regulação do Acesso à Assistência efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos e outros que se fizerem necessários contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º)*

I - regulação médica da atenção pré-hospitalar e hospitalar às urgências; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, I)

II - controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, II)

- PLANO DE CONTINGÊNCIA OPERATIVO DA MACRORREGIÃO NORDESTE -
Versão 2.0. Revisada e atualizada até 06/05/2020/SES-MG.

(...)

V. SISTEMAS DE APOIO

V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório

(...)

Gestores municipais:

(...)

II. Criar mecanismos para que os prestadores cumpram seu papel assistencial definido neste Plano de Contingência;

III. Garantir a gestão intra-hospitalar adequada dos leitos;

IV. Garantir a fidedignidade e tempestividade das informações relativas a ocupação de leitos hospitalares do seu território; e

(...)

Termo de Contratualização nº070/2017 celebrado entre o município de Almenara – MG por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde/ FMS e a Fundação Deraldo Guimarães que prevê:

(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

(...)

III – AO CONTRATANTE/MUNICÍPIO/SMS:

1. *Acompanhar, as ações relativas à execução deste TERMO DE CONTRATUALIZAÇÃO;*
- 2.
3. *Fiscalizar as ações relativas à execução deste Termo de Contratualização e seus anexos;*

(...)

4. *Acompanhar o desempenho do(a) CONTRATADO(A) quanto ao cumprimento das metas;*

(...)

m) monitorar o cumprimento das responsabilidades pelas partes envolvidas, notificando-as para tomada de providências quando necessário;

(...)

A legislação citada pela Recorrente a título de suporte as suas justificativas, define que estariam suspensas as exigências de cumprimento de metas contratualizadas. Referidas metas são estabelecidas tendo como intenção avaliar a produção, para definir o aporte financeiro a ser transferido as entidades prestadoras dos respectivos serviços assistenciais.

Referida suspensão tem guarida a partir do momento em que a pandemia COVID/19 afetou os serviços prestados, pois houve uma drástica redução de procedimentos assistenciais, em especial os eletivos, já que ocorreu uma diminuição do quantitativo de procedimentos realizados, os quais foram adiados no intuito de se priorizar o atendimento a pacientes com covid.

Lado outro, a constatação nãoconforme, apontada pela equipe de auditoria refere-se a não realização do acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19.

No que se refere a alegação de que foi designada uma médica para a realização da supervisão hospitalar, não houve a juntada de documentação tendente a oferecer suporte probatório.

Assim sendo, consideramos que as justificativas apresentadas não deverão ser merecedoras de acolhida.

7 – Constatação nº 625045 – A SMS promoveu parcialmente os ajustes na PAS referentes ao enfrentamento da COVID 19 com aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Após analisar a PAS /2020 da SMS de Almenara, enviado via SEI nº 1320.01.0139242/2020-90, verificou-se que foram promovidos em parte, os ajustes nesse instrumento de gestão referente ao enfrentamento da COVID-19. Houve a elaboração do Objetivo, Meta e Atividades, porém não foram definidos a previsão orçamentária a fonte dos recursos e o valor.”

Assim se manifestou o Recorrente em relação a não conformidade supracitada:

“O município está seguindo as recomendações conforme Relatório de Auditoria inserimos a previsão orçamentária nas PAS 2022 e 2023.”

Nesse sentido foi elaborada a Nota Técnica nº. 07
/2020CGFIP/DGIP/SE/MS Secretaria Executiva/ Departamento de Gestão
Interfederativa e
Participativa/Coordenação-Geral de Fortalecimento da Gestão dos Instrumentos de Planejamento do SUS:

(...)

4. PROCEDIMENTO NO DGMP COM RELAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19

4.1. Com relação à pandemia da COVID 19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo, os gestores dos estados, Distrito Federal e municípios deverão proceder da mesma maneira do disposto nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, isto é, solicitar ajuste no plano para inclusão das metas ou inclusão das ações na PAS decorrentes da covid-19, conforme enquadramento ao item 3.3. ou 3.4.

4.2. Com esse procedimento, as referidas metas e ações serão apresentadas posteriormente no RG 2020 e também nos RDQA de 2020, nos quais os gestores já podem indicar as ações que vem sendo realizadas em relação à COVID 19.

4.3. Ressalta-se que no caso de solicitação de ajuste no PS (ver item 2.9), a PAS 2020 deverá estar aberta (ver item 2.10) para recepcionar as novas metas inseridas no PS. A PAS 2018 e 2019, ao contrário, deverão estar fechadas (ver item 2.10) quando do ajuste no PS. Caso estejam abertas (ver item 2.10), também recepcionarão as metas da COVID-19 que foram inseridas no Plano, o que não faz sentido, visto que este agravo não estava presente no cenário epidemiológico nos referidos anos.

4.4. Assim e em consonância ao exposto, é fundamental observar as Portarias do Ministério da Saúde, que tratam de repasses relativos à COVID 19 e a Lei Complementar nº 172/2020 que informam que a prestação de contas será feita no RG.

4.5. Seguindo a lógica do planejamento descrita nos itens 2.5 e 2.6, as metas relativas à Covid-19, para que estejam expressas no RG, devem ser inseridas no PS e também na PAS.

4.6. Eventuais documentos relacionados ao plano de contingência podem ser anexados no campo "outros arquivos" que está presente na tela de inserção da DOMI no PS e na tela de anualização das metas na PAS.

5. CONCLUSÃO

5.1. Qualquer alteração no cenário epidemiológico que impacte no planejamento, deve ser objeto de revisão e posterior alteração no PS ou na PAS, conforme itens 3.3

e 3.4. Se a alteração afetar um único município, então esse município deverá realizar o ajuste do PS ou na PAS no DGMP. Caso afete um conjunto de municípios de uma mesma região ou municípios de regiões diferentes, como aconteceu recentemente com a febre amarela, então esse conjunto de municípios deverá proceder aos ajustes.

5.2. No caso da COVID-19, o procedimento é o mesmo. A única diferença é que a COVID- 19, por se tratar de uma pandemia, alterou o cenário epidemiológico de todos os estados, Distrito Federal e de todos os municípios. Portanto, todos os entes deverão, se necessário, proceder ao ajuste no PS ou na PAS, conforme o caso, observando-se as recomendações nos itens 4.1, 4.2 e 4.3.

5.3 Vale ressaltar que o ente é autônomo e responsável pela elaboração, adequação e ajustes necessários aos seus instrumentos de planejamento. O DGMP reflete parte desse processo. Assim cabe ao ente decidir se é necessário ajustar sem perder de vista que essas alterações repercutirão na prestação de contas, isto é, no RG.”

Conforme demonstrado a Recorrente informou que atendeu à recomendação da equipe de auditoria e inseriu a previsão orçamentária nas PAS 2022 e 2023. Porém, não apresentou o respectivo suporte probatório. Desse modo, consideramos como não corrigida a irregularidade apontada.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, mas que não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades identificadas, situação em que somos pelo conhecimento do recurso administrativo, negando – lhe provimento para manter as penalidades aplicadas.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidência das não conformidades aqui assinaladas, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

Belo Horizonte 10 de março de 2023

Andréa Faria de Magalhães
MEMBRO – SES

Rosimary de Araújo Rios Alves
MEMBRO – SES

Tiago Bernardino da Costa **MEMBRO – SES**

1 - Ciente.

2 - De acordo.

3 - Submeto o presente expediente à apreciação/homologação da Sra. Chefe de Gabinete, em atendimento a Resolução/SES 2906/2011.

Ludércio José de Matos COORDENADOR DA JUNTA DE RECURSOS/SES